



MOÇÃO

PELA DEFESA DO CINEMA ODÉON

Considerando que:

1. O Cinema Odéon, sito na Rua dos Condes, Nº 2-20, Freguesia de São José, data de 21 de Setembro de 1927 é hoje o cinema com mais história de Lisboa, tendo passado pela sua tela clássicos do mudo e do sonoro (Stroheim, Lang, Tod Browning, Eisenstein, Cukor, Capra, etc.), e, já a partir da segunda metade do séc. XX grandes êxitos do cinema português e espanhol, bem como teatro radiofónico, protagonizado por Laura Alves, Madalena Iglésias, António Calvário, entre muitos outros.
2. A estrutura arquitectónica do Cinema Odeón constitui um verdadeiro património cultural da cidade de Lisboa. O conjunto da sala, com 84 anos - formado pelo teto de madeira tropical aparente (único no mundo e ainda intacto depois de 16 anos de abandono); pelo lustre de néons gigantes irradiantes; pelo palco com moldura e frontão em relevo Art Deco; pela complexa teia de palco, com o seu pano de ferro; e pela série de camarotes, galerias e balcões em andares – forma um exemplar assinalável, mais ainda por ser o último do género existente em Portugal.
3. Neste momento, não existe nenhuma classificação municipal do Cinema ou outro tipo de protecção da sua qualidade arquitectónica e cultural ímpar, este apenas se mantém inserido no perímetro de classificação do conjunto da Avenida da Liberdade como de Interesse Público, cujo processo de classificação, da responsabilidade do Instituto de Gestão do



Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), caducou em 31 de Dezembro de 2011.

4. Recentemente, foi veiculada a possibilidade de o cinema Odéon vir a ser convertido num centro comercial e num estacionamento subterrâneo para automóveis, o que se afigura como uma opção profundamente errada, tanto no que respeita à memória e património cultural quanto às necessidades da população.
5. A degradação progressiva do Cinema Odéon é uma perda irreparável para a cidade, à semelhança do que já aconteceu a outras salas igualmente icónicas de Lisboa.
6. O seu futuro e preservação coerente e responsável não se compadece com o aleatório de "manter a cobertura e a fachada" - que uma obra em profundidade, como a que se anuncia (dois pisos subterrâneos!) destruirá inevitavelmente - nem é suficiente essa preservação "da pele", sem o poderoso miolo. O que se pode/deve fazer – seguindo o exemplo do vizinho Condes mas em melhor; ou o de El Ateneo Grand Splendid, de Buenos Aires, que virou uma extraordinária livraria – é aproveitar o vazio da sala (se não for possível a sua permanência enquanto cinema e/ou teatro), mantendo as suas estrutura e elementos, para uma cuidada e inventiva reutilização em novas funções à altura dos valores reais num re-uso que não destrua a "galinha dos ovos de ouro" que salta à vista (a sala, o lustre, o palco e a sua teia, etc.) - antes tire partido dela se a sua recuperação for conseguida, garantindo a reversibilidade da eventual transformação.

Nestes termos, os Deputados do BE, CDS, MPT, PSD/PPD e Deputados Independentes propõem que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 2012, delibere:



1. Solicitar ao Governo, junto da Secretaria de Estado da Cultura e da Direcção-Geral do Património Cultural, a reabertura do processo de classificação do Cinema Odéon como Imóvel de Interesse Público, processo que tinha sido aberto em 2004 por despacho dos responsáveis do então IPPAR, tendo sido posteriormente arquivado, em Dez. 2009, pelos responsáveis do IGESPAR.
2. Repudiar junto da CML do não acatar da Recomendação nº 21/2010, aprovada em Set. de 2010, bem como da possibilidade de transformação do Odéon em Imóvel de Interesse Municipal, uma vez que a sua protecção e valorização, representa um valor cultural de significado predominante para o Município de Lisboa.
3. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que promova a defesa das características Arquitectónicas e Culturais do Cinema Odéon junto de todos os Agentes Culturais e de Entretenimento da cidade, bem como que diligencie junto da Secretaria de Estado da Cultura para que esta reabra o processo de classificação do património em causa.